

Villas-Bôas Corrêa

Amaré de euforia que inunda o Palácio da Alvorada, na recídua da articulação de cinco anos de mandato para o presidente Sarney — numa clara reviravolta da posição anterior de distanciamento das decisões da Constituinte —, certamente que pousa em muitos cálculos e levantamentos, nos balanços das tendências do plenário, na listagem dos possíveis votos favoráveis, nas assinaturas apostas à emenda do senador Edson Lobão e do deputado Mateus Ianssen (um evangélico que encontrou a larga porta de salvação do anonimato).

Conhecemos de sobra métodos e processos utilizados quando o governo decide jogar pesado num lance do seu vital interesse. Mas, antes de espiar o lado escuro da manobra em plena e hadalada montagem e já em ardente fase de execução, talvez valha a pena levantar as razões que convenceram o presidente Sarney a saltar, uma vez mais, da sensata postura de acatamento da decisão soberana da Constituinte, poupando-se ao desgaste de uma derrota provável, para expor-se ao risco de múltiplos inconvenientes.

Ora, não adianta alinhar justificativas. Pois uma única acaba prevalecendo e se impondo como a determinante. Governo não resiste aos acenos de levar vantagem, desafiando os adversários para infligir a derrota que lava a alma de antigas amarguras. É fácil compor números que conduzam o presidente a se convencer daquilo em que ele deseja acreditar. Todos os sinais à vista indicam uma crescente pressão popular sobre a Constituinte cobrando eleições já, o mais depressa possível. Os depoimentos dos que regressaram dos seus Estados no recesso do fim de ano, depois da famosa e cabalística "consulta às bases", coincidem na cobrança decepcionada dos eleitores, de todos os cantos, por mudanças e pelo direito de votar para escolher o presidente. Inútil examinar a exatidão ou injustiça do julgamento popular. É mais sábio constatar-lo e agir em consequência.

Se é irrecusável que o povo quer eleições, os pretextos invocados para contrariar a reivindicação de uma sociedade mobilizada e participante soam falsos, como desculpas de mau pagador propondo a moratória ou ameaçando com o calote.

O presidente apostou muito nos cinco anos. Foi às raias da temeridade e cometeu erros graves no acidentado percurso de uma negociação sinuosa e submersa. Quando cusou de público, foi para o desastroso pronunciamento do anúncio ao povo da decisão pessoal e soberana de abtir mão de um ano do mandato garantido pela Constituição dos militares, para ficar em modestos cinco anos.

Ora, desistir da pretensão deve custar a Sarney um

penoso cancelamento de projetos, a perda de ambições. Em determinadas circunstâncias, o presidente conforma-se com o recuo. Mas, a qualquer aceno de novas perspectivas de arrancar os suspirados cinco anos, não resiste à sedução e embarca na cartoa das ilusões.

Pelo que se sabe, foi o que aconteceu. Na fumaça ardida da decisão da Comissão de Sistematização, maciçamente contra Sarney, juntando no mesmo pacote hostil, o parlamentarismo e já, eleições este ano e, portanto, redução do mandato para quatro anos, o presidente resguardou-se numa reverência à irreversibilidade de uma deliberação claramente adotada em sintonia com a vontade popular. Nenhum Congresso, nenhuma Constituinte decide contra o povo, sentenciou o presidente, repetindo velhas lições agora arquivadas.

Mas novos ventos sopram no plenário. O equívoco da Comissão de Sistematização foi desmontado com a virada do *Centrão*. O Governo pode se desdizer, alegando que, pelas suas pesquisas, o povo quer eleições em todos os níveis e está tão insatisfeito com ele quanto com governadores e prefeitos. Uma meia-verdade, empapada de artifícios. Todos os outros mandatos foram conquistados nas urnas, no voto direto. Só o do presidente conserva a nódoa da transição negociada no Colégio Eleitoral.

Por enquanto, Sarney tem conseguido proteger-se, alegando que não cabala votos. Um frágil biombo. Afinal, o presidente está visível nas articulações em marcha; sem ele elas não prosperariam. Por toda parte, identificam-se os sinais da presença do presidente. Não se mobiliza um governo sem a participação do presidente.

É exato que Sarney está diante do derradeiro desafio político. Se perder, lutando ou de armas ensarilhadas, o seu governo entrará no sombreado do crepúsculo. E um governo no trecho final, povoado de melancolia, quando o prestígio do que resvala para o passado começa a transferir-se para o futuro, sugerido nos traços do perfil do favorito.

Sarney pode estar fazendo esta conta: se perder, nada mais importa. E não há como poupá-lo de uma decisão em favor dos quatro anos. Por aí, pelos atalhos de tal raciocínio, o governo se justifica da contradição.

É, em parte, verdade. Só em parte. O risco embutido no acionamento da máquina do governo para uma batalha política de vida e morte, com a definição do mandato do presidente, não se esgota nas alternativas da vitória e derrota. O governo tem os seus vícios, os seus cacotes. É incorrigível, irrecuperável. Ou ele é contido, seguro com rédea curta ou solta, esporeado para dar o que sabe. Governo metido em articulação política, na cooptação de votos, no convencimento de governadores e parlamentares, é um horror, o escândalo, a vergonha. Há alguma coisa mais do que o risco da derrota: o salpico da lama.